

PROGRAMAS DE PREPARAÇÃO
PARA A APOSENTADORIA NO BRASIL:
UMA REVISÃO DE LITERATURA

Jaqueline Finelli de Freitas Vieira¹
Bibiana Graeff²

resumo

Introdução: As principais leis relacionadas à velhice no Brasil preconizam a promoção de programas de preparação para a aposentadoria (PPA) por instituições públicas e privadas, como ação preventiva e promotora de uma sã e digna qualidade de vida na fase pós-aposentadoria. Objetivo: Identificar e analisar na literatura as impressões de trabalhadores sobre PPAs implementadas ou em vias de implementação no Brasil. Método: Pesquisa qualitativa e exploratória. Feita a partir de uma revisão de literatura, selecionando-se artigos, teses e dissertações publicados entre janeiro de 2012 e setembro de 2018, com as palavras-chave: “preparação” e “aposentadoria”; “planejamento” e “aposentadoria”, e os termos em inglês “*retirement*” e “*preparation*”; “*retirement*” e “*planning*”, nas bases de dados: Google

1 Graduada em Ciências Atuariais e Matemática. Mestre em Gerontologia. Especialista Atuarial, vinculada à empresa Mercer. E-mail: j.finelli@bol.com.br.

2 Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais. Doutora em Direito. Professora Doutora da Universidade de São Paulo (USP), vinculada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades (Cursos de Bacharelado e Pós-Graduação em Gerontologia). E-mail: bibiana.graeff@usp.br.

Acadêmico, Periódicos Capes, *Scielo*, *Psycinfo*, *Ageline* e *Web of Science*. Resultados e Discussão: Foram selecionados treze estudos, que revelam um predomínio de impressões positivas dos participantes sobre os PPAs, todos oferecidos por instituições públicas. Alguns dos benefícios em participar dos PPAs relatados foram: a troca de experiências e o compartilhamento de conhecimentos, adquirir uma nova visão da etapa da aposentadoria, impacto positivo nas relações familiares e até um repensar na espiritualidade. Conclusão: Sugere-se que o poder público estabeleça incentivos para que mais instituições promovam PPAs. Na medida em que os ganhos identificados pelos participantes dos PPAs englobam desde uma melhoria da autoestima individual, um impacto positivo nas relações familiares e sociais, até novas perspectivas de atuação profissional ou de voluntariado, infere-se que boas e contínuas estratégias de facilitação da transição do fim do vínculo empregatício para a aposentadoria podem impactar positivamente não apenas os trabalhadores, mas também as famílias, a sociedade em geral e o próprio Estado.

palavras-chave

Programas de Preparação para a Aposentadoria. Preparação. Planejamento. Aposentadoria. Brasil.

1 Introdução

Os Programas de Preparação para Aposentadoria (PPAs) têm como finalidade propiciar aos futuros aposentados uma reflexão sobre essa etapa da vida que é a aposentadoria, facilitando o seu planejamento, “[...] enfocando as perdas e os ganhos a serem conquistados na manutenção de interesses, na recuperação de antigos projetos ou na elaboração de um novo *script* de vida” (FRANÇA, 2002, p. 37, grifos do autor). Os primeiros PPAs no Brasil datam da década de 1970 e início da década de 1980 (ABRAPP, 2004). Sua implementação foi posteriormente prevista pela lei nº 8.842, Política Nacional do Idoso, de quatro de janeiro de 1994, em seu art. 10, inciso IV, que estabeleceu que o poder público deve: “c) criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores público e privado com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento” (BRASIL, 1994). O PPA foi retomado pela lei nº 10.741, de primeiro de outubro de 2003, Estatuto do Idoso (EI), em seu art. 28, inciso II, no qual se estabelece que o poder público criará e estimulará

programas de: “II – Preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1 (um) ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania” (BRASIL, 2003). Portanto, os principais marcos normativos brasileiros relacionados à velhice preconizam a promoção dos PPAs pelas instituições públicas e privadas como ação preventiva e promotora em prol de uma sã e digna qualidade de vida na fase pós-aposentadoria.

A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, de quinze de junho de 2015, em seu cap. IV, art. 18, assinada, mas ainda não ratificada pelo Brasil, poderia reforçar essa obrigação, já que estabelece que os Estados-Partes: “[...] promoverão programas e medidas que facilitem uma transição gradual à aposentadoria, para o que poderão contar com a participação das organizações representativas de empregadores e trabalhadores e de outros organismos interessados” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2015, p. 13). Diante do descumprimento de qualquer disposição deste tratado, o Estado-Parte violador poderá ser sancionado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou até mesmo condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Segundo projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a população de idosos de 65 anos ou mais de idade corresponde a 9,22% da população brasileira, enquanto em 2060 deverá chegar a 25,5%. Se, em 1940, um indivíduo, ao atingir 65 anos, esperaria viver em média mais 10,6 anos (9,3 anos, no caso dos homens, e 11,5, no caso das mulheres), em 2017, essa expectativa de sobrevivência passou a ser de 18,7 anos em média – 16,9 anos para homens e 20,1 anos para as mulheres (IBGE, 2017). Frente a essa longevidade prolongada, é possível que um número maior de trabalhadores se mantenha ativo no mercado de trabalho por mais tempo. Portanto, é necessário investir em novas políticas e remodelar organizações para instruir e preparar estes trabalhadores.

Segundo Oliveira e Silva (2018, p. 158), para que a transição entre trabalho e aposentadoria seja realizada da maneira “mais favorável e propícia”, espera-se que “[...] sejam propostos programas de preparação para aposentadoria nas organizações públicas e privadas”. De acordo com Pacheco e Carlos (2003), alguns dos fatores que dificultam a aposentadoria ou uma velhice tranquila são: o sentimento de menos-valia (associado à ideia de ser improdutivo ou inativo); o rompimento das relações sociais relacionadas ao trabalho; a falta de realização de atividades paralelas ao trabalho ao longo da vida; e a falta de preparação familiar para receber quem se aposenta. Desse modo, diversas temáticas e atividades podem ser desenvolvidas nos PPAs para prevenir e

superar tais desafios, tanto no que diz respeito ao próprio trabalhador, mas também em relação a seus familiares.

Para Almeida e Leite (2012, p. 248), entender o envelhecimento como fenômeno socialmente construído “[...] contribui para a incorporação de atitudes e comportamentos que favoreçam a longevidade com qualidade de vida”. Essa incorporação de atitudes e comportamentos pode ser estimulada se as organizações implementarem e monitorarem seus PPAs. É preciso, contudo, verificar se os programas oferecidos atendem aos interesses de seus destinatários. Nesse sentido, este estudo busca identificar e analisar na literatura as impressões de trabalhadores sobre PPAs implementados ou em vias de implementação no Brasil.

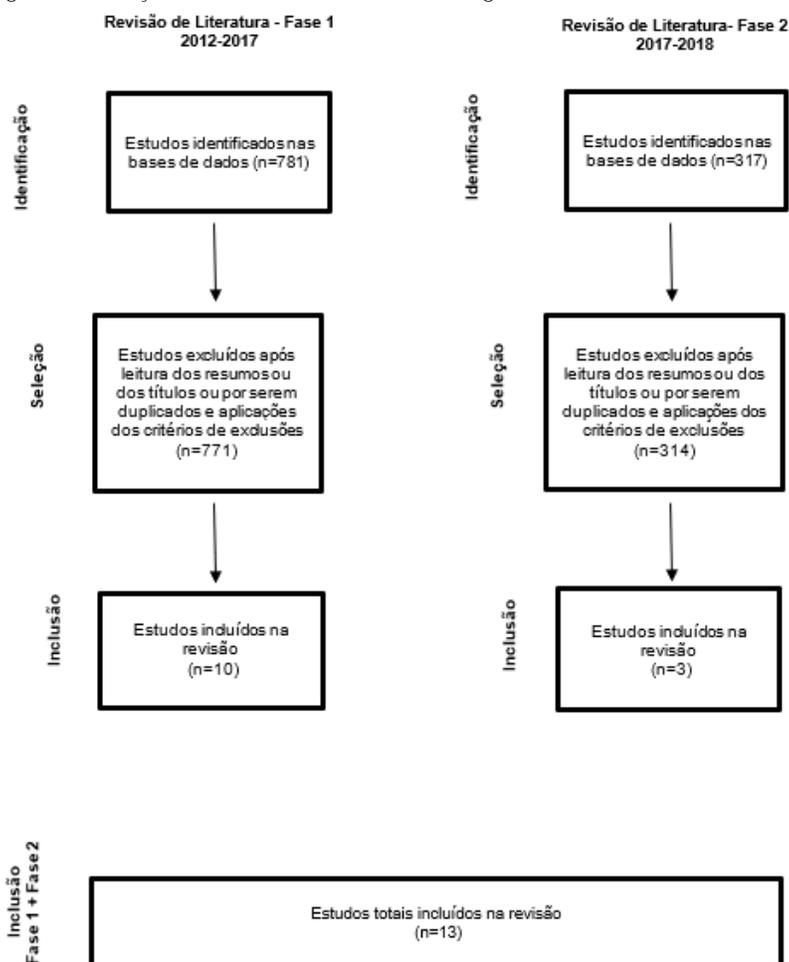
2 Método

Trata-se de pesquisa qualitativa, exploratória (GIL, 2008), de revisão bibliográfica, do tipo revisão de escopo, que geralmente se destina a explorar questões amplas, destinando-se comumente a mapeamento de literatura, reconhecimento de campo ou ao delineamento de conceitos que sustentam uma área de pesquisa (PETERS *et al.*, 2015). A revisão de literatura foi conduzida numa primeira fase em fevereiro e março de 2017, sendo, posteriormente, complementada e atualizada em setembro de 2018. O levantamento foi feito nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Periódicos Capes, Scielo, Psycinfo, Ageline e Web of Science com as seguintes palavras-chave: “preparação” e “aposentadoria”; “planejamento” e “aposentadoria”, e os termos em inglês “*retirement*” e “*preparation*”; “*retirement*” e “*planning*”. Na primeira fase, foram considerados estudos publicados entre janeiro de 2012 e março de 2017; na segunda fase, estudos publicados entre abril de 2017 e setembro de 2018. Foram aplicados os seguintes critérios de exclusão: 1) artigos que não fossem publicados em periódicos científicos, e trabalhos que não fossem dissertações de mestrado (*stricto sensu*) ou teses de doutorado; 2) trabalhos em outros idiomas que não o português ou o inglês; 3) publicações que não estivessem disponíveis na íntegra *on-line* em acesso direto a partir da base de dados consultada; 4) estudos de natureza bibliográfica ou documental que não tratassem especificamente de algum PPA; 5) estudos que não apresentassem impressões de trabalhadores sobre PPAs implementados ou em vias de implementação no Brasil.

As buscas resultaram em um total de 1.098 (um mil e noventa e oito) documentos. O título e resumo desses documentos foram analisados, e, após a exclusão das repetições e a aplicação dos critérios de exclusão, restaram 13 (treze) estudos que compuseram a amostra final (Figura 1). Dos documentos descartados, muitos tinham foco que não atendia ao objetivo deste estudo, com temáticas tais como tipos e formas de aposentadoria, qualidade de vida e educação financeira.

As primeiras etapas que geraram os 1.098 resultados foram realizadas pela primeira autora, que também selecionou os estudos com a aplicação dos critérios de exclusão a partir da leitura dos títulos e resumos. Nos trabalhos em que o resumo não era suficiente para certificar-se da incidência dos critérios de exclusão, houve leitura da íntegra dos textos por ambas as autoras. Para a análise dos documentos, foram escolhidos alguns dos campos propostos por Peters *et al.* (2015): ano de publicação, realidade abordada, a população, os achados relacionados à pergunta da pesquisa. Foram observadas as principais características dos estudos, dos PPAs e as impressões dos participantes sobre eles.

Figura 1 – Seleção dos estudos avaliados – Fluxograma.



Fonte: Figura elaborada pelas autoras.

3 Resultados e Discussão

No período analisado, somente no ano de 2015 não foi identificada publicação que atendesse ao objetivo deste artigo (Quadro 1). Os PPAs abordados nos treze estudos selecionados (Quadro 1) foram realizados em diversos locais do país, como São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Ceará, Goiás, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Tocantins e Acre. Estes PPAs concentravam-se em instituições públicas: organizações militares, secretarias estaduais, universidades/institutos estaduais e federais, órgão de administração pública federal, autarquia federal, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e unidades básicas de atenção à saúde.

Os objetivos dos estudos foram, por exemplo, avaliar, analisar, investigar os PPAs e o seu papel educativo no processo de aposentadoria, auxiliando na reflexão, no planejamento e na construção de uma nova etapa de vida, bem como relatar as experiências da implementação dos PPAs e daquelas vividas por seus participantes. As pesquisas apoiaram-se em métodos diversificados e em uma ou mais técnicas de coleta de dados, tais como roteiro de entrevistas e aplicação de questionários ou de escalas aos participantes e, por vezes, aos gestores dos programas. As amostras variaram, sendo a maior composta por 55 colaboradores (GOMES, 2013) e a menor composta por dez colaboradores, três profissionais e um gestor responsável pelo Programa (KAWANO, 2012).

Quadro 1 – Caracterização dos estudos.

<p>1. ALMEIDA, V. F. S. M.; LEITE, L. S. (2012)</p>	<p>Título: Avaliação do programa de preparação para a reserva e aposentadoria do comando da aeronáutica. Objetivo: Avaliar o Programa de Preparação para a Reserva e Aposentadoria do Comando da Aeronáutica. Amostra: Não probabilística e não intencional, regida por critérios de disponibilidade dos participantes; 39 participantes, correspondendo a uma amostra estratificada de 30%. Instituição: Organizações Militares em Guaratinguetá (SP), Florianópolis (SC) e Rio de Janeiro (RJ). Público-Alvo do PPA: Militares e servidores civis que se encontram a pelo menos dois anos da reserva/aposentadoria.</p>
<p>2. KAWANO, C. M. I., <i>et al.</i> (2012)</p>	<p>Título: Programa de preparação para a aposentadoria (PPA) sob o ponto de vista psicológico, social e empresarial. Objetivo: Descrever o PPA desenvolvido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) da cidade de Bauru, SP, e identificar aspectos psicológicos, sociais e empresariais presentes no processo de aposentadoria segundo o relato dos participantes. Amostra: 10 colaboradores usuários do PPA; três profissionais e um gestor do PPA na empresa. Instituição: ECT da cidade de Bauru, SP. Público-Alvo do PPA: Colaboradores com idade entre 49 e 59 anos (50% destes já aposentados).</p>

3. DANTAS, J. G. (2013)	<p>Título: Avaliação do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI): o caso do Projeto Integrado de Preparação para a Aposentadoria (PIPA) em Fortaleza/CE.</p> <p>Objetivo: Investigar se o PAI, por meio do PIPA, patrocinados pelo Governo do Ceará, tem como essência cuidar e incentivar o idoso para uma atividade prazerosa e produtiva na aposentadoria, por meio de ações que não sejam meramente lúdicas e que, muitas vezes, "infantilizam" essas pessoas.</p> <p>Amostra: 36 pessoas que participaram do Projeto entre os anos de 2009 a 2012.</p> <p>Instituição: PIPA, patrocinado pelo PAI, vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão do Ceará, aplicado em Servidores das Secretarias Estaduais de Fortaleza.</p> <p>Público-Alvo do PPA: Participantes aptos a se aposentarem nas diversas Secretarias Estaduais.</p>
4. GOMES, F. U. M. (2013)	<p>Título: Avaliação do Projeto Integrado de Preparação para Aposentadoria junto aos servidores da administração pública em Fortaleza, Ceará.</p> <p>Objetivo: Avaliar o Projeto Integrado de Preparação para Aposentadoria (PIPA) junto aos servidores que participaram do mesmo, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Gestão, através do Programa de Ação Integrada para o Aposentado do Governo do Ceará.</p> <p>Amostra: Do total de 264 participantes do programa (em diversas turmas), 55 pessoas responderam ao questionário.</p> <p>Instituição: Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Governo do Estado do Ceará.</p> <p>Público-Alvo do PPA: Servidores do Estado aptos a se aposentarem (sem maiores precisões).</p>
5. LEANDRO FRANÇA, C. <i>et al.</i> (2013)	<p>Título: Intervenção breve na preparação para aposentadoria.</p> <p>Objetivo: Descrever o desenvolvimento de uma intervenção breve na preparação para a aposentadoria e resultados da avaliação de satisfação dos participantes.</p> <p>Amostra: 41 servidores públicos.</p> <p>Instituição: Órgão da administração pública federal da cidade de Brasília - DF.</p> <p>Público-Alvo do PPA: Servidores (homens e mulheres) com idades entre 22 e 60 anos.</p>
6. MURTA, S. G., <i>et al.</i> (2014)	<p>Título: Preparação para a aposentadoria: implantação e avaliação do programa Viva Mais!</p> <p>Objetivo: Descrever o processo de implementação e avaliação do Viva Mais! – O programa de preparação para aposentadoria (PPA) de uma Universidade pública brasileira.</p> <p>Amostra: Inscrições abertas para todos os servidores independente do vínculo; após a inscrição de 16 participantes, 13 participantes permaneceram até o fim.</p> <p>Instituição: Universidade de Brasília.</p> <p>Público-Alvo do PPA: Na fase preparatória (estudo piloto), aposentados; na fase do programa, servidores (inclusive terceirizados) que tivessem interesse em participar.</p>

7. MONZATO, P. P. (2014)	<p>Título: Programa de Preparação para Aposentadoria da UERJ.</p> <p>Objetivo: Não apresenta objetivo definido. Apresenta apenas o objetivo do PPA.</p> <p>Amostra: Descreve apenas o número de participantes do PPA. Em 2007, foi formado um grupo com 20 pessoas para participar do projeto piloto e de 2009 até 2014, já passaram pelo Programa 126 servidores, sendo apenas 19 integrantes do público masculino e 107 do público feminino.</p> <p>Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).</p> <p>Público-Alvo do PPA: Servidores da UERJ. Docentes e Técnico-Administrativos com idade superior a: 48 anos para as servidoras; e 53 anos para os servidores. Em caráter de exceção, oferecem até duas vagas para os que já se aposentaram em até um ano, acreditando na possibilidade de novas contribuições para o grupo que está prestes a se aposentar.</p>
8. COSTA, S. C. (2016)	<p>Título: Programa de Preparação para Aposentadoria: um desafio para o serviço social.</p> <p>Objetivo: Analisar os PPAs desenvolvidos pelas unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor em Goiás, bem como o papel educativo que eles podem exercer na vida das servidoras e servidores federais em processo de aposentadoria.</p> <p>Amostra: 45 participantes, dos quais 22 eram da Universidade Federal de Goiás, 16 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiás e sete do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, e, ainda, uma gestora de recursos humanos.</p> <p>Instituição: Universidade Federal de Goiás, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiás.</p> <p>Público-Alvo do PPA: Docentes ou técnicos administrativos da UFG, IFG e IF Goiano que estivessem próximos à data de aposentadoria. Para os Institutos Federais, o tempo sugerido foi de 20 anos da aposentadoria, enquanto que para a UFG, de 10 anos. A diferença foi justificada pelo grande número de servidoras(es) da Universidade e a viabilidade do PPA.</p>
9. LEANDRO FRANÇA, C. et al. (2016)	<p>Título: <i>Effects of three types of retirement preparation program: A qualitative study of civil servants in Brazil.</i></p> <p>Objetivo: Investigar o impacto de três diferentes formas de planejamento de aposentadoria em organizações públicas brasileiras.</p> <p>Amostra: 20 servidores com idade entre 53-67 anos de quatro instituições públicas.</p> <p>Instituição: quatro instituições públicas.</p> <p>Público-Alvo do PPA: Cinco instituições foram contatadas e quatro aceitaram participar do estudo, cedendo os contatos de e-mail de seus servidores para que eles fossem convidados a participar de um programa de preparação para aposentadoria. Entre os que demonstraram interesse, foram selecionados aqueles acima de 50 anos.</p>

<p>10. PONTES, S. P. C. (2016) (Dissertação)</p>	<p>Título: Programa de preparação para a aposentadoria: um estudo no Instituto Federal do Tocantins (IFTO) - campus de Araguatins.</p> <p>Objetivo: Compreender através de uma análise crítica acerca da implantação do Programa de Preparação para Aposentadoria – PPA no Campus de Araguatins do IFTO, como se (des) articulam sujeito e trabalho em nossa sociedade.</p> <p>Amostra: Grupo I – Aposentados (seis servidores aposentados do IFTO – Campus de Araguatins); Grupo II – Pré-aposentados (15 servidores, com previsão de aposentadoria até 2020). Este público estaria a cinco anos para alcançar a aposentadoria integral, isto é, por tempo de contribuição. Grupo III – Equipe gestora do PPA (nove servidores).</p> <p>Instituição: IFTO, campus de Araguatins.</p> <p>Público-Alvo do PPA: Servidores do campus de Araguatins (sem maiores detalhes).</p>
<p>11. MARTINS, L. F.; BORGES, E. S. (2017)</p>	<p>Título: Educação para aposentadoria: avaliação dos impactos de um programa para melhorar qualidade de vida pós-trabalho.</p> <p>Objetivo: Relatar a experiência da implantação do Programa de Educação para Aposentadoria (EPA) implantado para os servidores públicos de uma autarquia federal.</p> <p>Amostra: Enquanto projeto piloto, foram escolhidos 19 servidores públicos lotados em atividades administrativas. Entretanto, houve desistência de 11 pessoas, por não terem interesse pela aposentadoria em curto prazo, excesso de trabalho, além de desmotivação com a Instituição pelo descrédito com as perdas salariais decorrentes da aposentadoria, sendo o Programa interpretado como uma medida paliativa da política de aposentadoria da Autarquia. Permaneceram no EPA, oito pessoas (somente mulheres).</p> <p>Instituição: Autarquia federal.</p> <p>Público-Alvo do PPA: Servidores com previsão de se aposentarem, em média, em dois anos.</p>
<p>12. LAMAS, A. E. (2017)</p>	<p>Título: Preparação para o desligamento das atividades laborais: diferentes perspectivas sobre o processo de aposentadoria em duas Universidades Federais Gaúchas.</p> <p>Objetivo: Analisar as políticas internas de preparação para a aposentadoria da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) analisando os Programas Institucionais existentes no que tange à preparação em relação à nova etapa da vida; analisar os dados dos programas existentes, avaliando a percepção dos servidores docentes e técnicos abrangidos por esta política e compreendendo a visão da instituição em relação a este tipo de ação, na expectativa de elaborar sugestões de melhoria para os Programas e auxiliar na implantação do Programa nas instituições que ainda não os têm.</p> <p>Amostra: 19 entrevistados, sendo três gestores das instituições, um membro de entidade sindical e 15 servidores.</p> <p>Instituição: UFPEL e UFSM.</p> <p>Público-Alvo do PPA: Os servidores deveriam estar há um ou dois anos da aposentadoria.</p>

13. OLIVEIRA, C. S.; SILVA, J. M. S. (2018)	<p>Título: Programa de Preparação para Aposentadoria - PPA Vida Ativa.</p> <p>Objetivo: Promover junto aos servidores um espaço de reflexão e planejamento da aposentadoria</p> <p>Amostra: 20 trabalhadores.</p> <p>Instituição: Instituição Estadual de caráter permanente de advocacia do Estado do Acre.</p> <p>Público-Alvo do PPA: servidores prestes a se aposentarem, dentro de um período de até quatro anos e recém-aposentados; em sua primeira edição, em 2017, foram recrutados 30 trabalhadores que poderiam se aposentar até 2020, mas apenas 20 aderiram.</p>
---	--

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras.

Das treze publicações selecionadas, oito artigos e cinco dissertações de mestrado, muitas não apresentavam, de modo explícito, o método de pesquisa, a amostra ou o público-alvo do PPA. Dois mestrados defendidos no mesmo ano referiam-se ao mesmo PPA (DANTAS, 2013; GOMES, 2013). Percebe-se que, em alguns casos, o PPA foi concebido e implementado pelos próprios autores das publicações. Nesses casos, a implementação do PPA se confunde com ou se deve à realização do estudo. Algumas dessas publicações, nesse sentido, parecem relatos de experiência, como é o caso dos artigos de Oliveira e Silva (2018) e de Monzato (2014), que não apresentam objetivo do estudo, mas sim o objetivo do próprio PPA. Aliás, em algumas publicações, a exemplo dos trabalhos de Oliveira e Silva (2018) e de Monzato (2014), a amostra do estudo se confunde com a integralidade do público participante do PPA.

Quanto ao critério de seleção do público-alvo para participação dos PPAs, em quatro dos treze estudos, os programas eram destinados aos trabalhadores faltando até dois anos para se aposentar (ALMEIDA; LEITE, 2012; LAMAS, 2017; MARTINS; BORGES, 2017; OLIVEIRA; SILVA, 2018); outros dois utilizavam a faixa de idade dos participantes para seleção, um entre as idades 22 e 60 anos e o outro entre 49 e 59 anos (LEANDRO-FRANÇA *et al.*, 2013; KAWANO *et al.*, 2012); nos demais sete programas, o público-alvo era escolhido de formas diferenciadas entre si. O prazo de dois anos antes da aposentadoria observado em quatro estudos enquadra-se dentro do que propõe a lei (o mínimo de um ano, conforme estabelecido pelo EI, art. 28, II). No entanto, um estudo de França *et al.* (2014) apontou que, para 49% dos gestores de PPAs no Brasil participantes da pesquisa, esse período ideal seria de três a cinco anos antes da aposentadoria, enquanto que para 45% dos gestores participantes, seria de um a dois anos antes da aposentadoria. No estudo de Vieira (2019), de sete PPAs ofertados por entidades fechadas de previdência complementar brasileiras, três utilizavam o critério de um ano antes da aposentadoria, e em uma delas, somente três meses antes da aposentadoria. Na medida em que a preparação

para a aposentadoria pode ser considerada como um processo de educação ao longo da vida (FRANÇA; SOARES, 2009), parece ser mais adequado que os trabalhadores sejam estimulados a pensar sobre envelhecimento e sobre aposentadoria o mais cedo possível.

Acerca das impressões dos participantes dos PPAs sobre os mesmos, em algumas publicações, a exemplo do artigo de Leandro-França *et al.* (2016), a avaliação dos PPAs fora proposta e implementada pelos autores no âmbito do próprio estudo, enquanto em outras, os autores parecem apenas relatar a avaliação efetuada no âmbito do próprio PPA, como no artigo de Monzato (2014). Predominam, no conjunto das publicações analisadas, e em cada uma delas individualmente, impressões positivas dos participantes dos PPAs sobre os programas. Muitos trabalhos (ALMEIDA; LEITE, 2012; DANTAS, 2013; GOMES, 2013; MURTA *et al.*, 2014; PONTES, 2016; LEANDRO-FRANÇA *et al.*, 2016; COSTA, 2016; MARTINS; BORGES, 2017; OLIVEIRA; SILVA, 2018) apontam que os programas proporcionam que os participantes elaborem uma nova ideia acerca da aposentadoria, alguns destes estudos destacando que os trabalhadores passam a enxergá-la com aspectos positivos, como uma fase de novas oportunidades. Para muitos participantes, os programas são efetivos, no sentido de se sentirem mais preparados para essa nova etapa (DANTAS, 2013), adquirindo ganhos (MURTA *et al.*, 2014) ou conhecimentos novos (DANTAS, 2013; GOMES, 2013; LEANDRO LEANDRO-FRANÇA *et al.*, 2013; PONTES, 2016), inclusive sobre o que a própria instituição (uma universidade) tinha a oferecer (MONZATO, 2014) sobre tudo o que abrange a aposentadoria (KAWANO *et al.*, 2012), ou ainda um melhor entendimento sobre o envelhecimento (ALMEIDA; LEITE, 2012). No estudo de Costa (2016, p. 63), para demonstrar a importância do PPA, trabalhadores relataram que: “Este programa veio fortalecer e amadurecer a minha ideia de aposentadoria”; e “Todos os módulos foram marcantes abriram minha mente para preparar para a aposentadoria”. Monzato (2014) afirma que uma das vantagens observadas em relação ao PPA é o que o mesmo auxilia na tomada de decisão de se aposentar, e alguns estudos chegam a apresentar relatos de participantes no sentido de que os PPAs os teriam auxiliado a tomar essa decisão (LEANDRO-FRANÇA *et al.*, 2016, MARTINS; BORGES, 2017).

A efetividade de uma preparação para a aposentadoria, mesmo numa intervenção breve, pode se traduzir em sentimento de maior segurança em relação ao presente e futuro da aposentadoria (LEANDRO-FRANÇA *et al.*, 2013). Contudo, em estudo que compara três modelos de intervenção, Leandro-França *et al.* (2016) concluem que o Programa de Longa duração tem maior impacto do que os de curta duração.

Diversos estudos apresentam elevados índices de satisfação dos trabalhadores ou aposentados em relação aos PPAs dos quais participaram. Uma avaliação positiva e satisfatória por parte dos participantes dos PPAs foi observada nos trabalhos de Kawano *et al.* (2012); Gomes (2013); Leandro-França *et al.* (2013); Monzato (2014); Murta *et al.* (2016); Leandro-França *et al.* (2016); Martins e Borges (2017); e Lamas (2017). Os estudos de Dantas (2013) e Murta *et al.* (2014) puderam constatar que os respectivos PPAs atenderam às expectativas da maioria dos participantes. Leandro-França *et al.* (2016) expressaram a opinião de um dos participantes do programa de longa duração no sentido de que o mesmo teria inclusive superado as suas expectativas. Sentimentos de felicidade (DANTAS, 2013; LEANDRO-FRANÇA *et al.*, 2013), estímulo (GOMES, 2013), autoestima (valorização como servidor) e o conhecimento de novas fontes de satisfação (MONZATO, 2014) foram relatados por trabalhadores como decorrentes de sua participação nos PPAs. Dantas (2013), Gomes (2013) e Pontes (2016) puderam ainda constatar que a grande maioria dos participantes indicaria o PPA para outras pessoas.

Em alguns estudos, os participantes destacam como aspectos positivos dos PPAs a troca de experiências e informações (ALMEIDA; LEITE, 2012; GOMES, 2013; LEANDRO-FRANÇA *et al.*, 2013, LEANDRO-FRANÇA *et al.*, 2016, MARTINS; BORGES, 2017) e o aumento da socialização ou melhoria das relações sociais (DANTAS, 2013; GOMES, 2013). Monzato (2014), por exemplo, constatou que o PPA promove uma melhoria das relações interpessoais, sejam familiares ou profissionais. No estudo de Dantas (2013), a grande maioria dos participantes relatou que o PPA permitiu a construção de novas amizades.

Alguns estudos destacam avaliações positivas sobre aspectos específicos dos formatos dos PPAs, como as rodas de conversas que fizeram com que os participantes se sentissem ativos (MARTINS; BORGES, 2017) e os trabalhos em grupo (MURTA *et al.*, 2014). Outros apresentaram avaliações positivas dos participantes em relação à equipe do PPA (GOMES, 2013; LAMAS, 2017). Alguns participantes, por exemplo, relataram apreciar receber *feedbacks* das terapeutas (MURTA *et al.*, 2014). Os conteúdos tratados nos PPAs também foram aspectos elogiados pelos participantes nas pesquisas de Gomes (2013), Lamas (2017), Martins e Borges (2017) e Oliveira e Silva (2018). Espiritualidade foi o tema que mais atraiu o interesse dos participantes do PPA analisado por Monzato (2014), com índice de 61,3% de comparecimento. Esse tema também teve destaque para os participantes no estudo de Murta *et al.* (2014). Outras atividades ou temáticas que geraram satisfação foram aquelas relacionadas ao convívio social e as que incentivaram atividade geradora de renda (DANTAS, 2013), legislação e esclarecimentos jurídicos (MARTINS; BORGES, 2017;

OLIVEIRA; SILVA, 2018), atividades físicas (OLIVEIRA; SILVA, 2018) e finanças (MURTA *et al.*, 2014).

As publicações revelam que PPA's podem levar os participantes a uma tomada de consciência ou um repensar em vários domínios, tais como: a importância da manutenção da autonomia para a tomada de decisões (ALMEIDA; LEITE, 2012), a espiritualidade (GOMES, 2014), o lazer (MURTA *et al.*, 2014), a saúde (MURTA *et al.*, 2014; LEANDRO-FRANÇA *et al.*, 2016), o planejamento financeiro (MURTA *et al.*, 2014; LEANDRO-FRANÇA *et al.*, 2016), o significado do trabalho (LEANDRO-FRANÇA *et al.*, 2016; MARTINS; BORGES, 2017), a importância das relações de amizade (MURTA *et al.*, 2015; MARTINS; BORGES, 2017) e das relações familiares (MURTA *et al.*, 2014; LEANDRO-FRANÇA *et al.*, 2016; MARTINS; BORGES, 2017; OLIVEIRA; SILVA, 2018). No trabalho de Almeida e Leite (2012), por exemplo, foi observada uma impressão dos trabalhadores quanto à importância dos PPA's para o ambiente familiar, em temas como o retorno ao lar e a revisão do planejamento do orçamento doméstico. Aliás, alguns dos PPA's abordados incluíam em alguma de suas etapas a participação de algum membro da família, tal como a experiência narrada por Pontes (2016), em que familiares também elogiaram a intervenção.

Ainda de acordo com as percepções dos participantes de diversos estudos (LEANDRO-FRANÇA *et al.*, 2013; MONZATO, 2014; MARTINS; BORGES, 2017; OLIVEIRA; SILVA, 2018), os PPA's não apenas promoveriam uma mudança de mentalidade, mas proporcionariam mudanças de comportamento. Na pesquisa de Murta *et al.* (2014), por exemplo, um participante relatou ter conseguido sair do cheque especial, e outro revelou ter passado a se alimentar melhor. De acordo com participantes de diversos PPA's, os programas permitem estabelecer ou reforçar novos projetos (ALMEIDA; LEITE, 2012; MURTA *et al.*, 2014; LEANDRO-FRANÇA *et al.*, 2016; MARTINS; BORGES, 2017). Alguns participantes aludem que os PPA's motivam a prática de atividades que aumentam a renda (DANTAS, 2013; GOMES, 2013). Enfim, PPA's permitiram que participantes pudessem vislumbrar uma segunda carreira (MURTA *et al.*, 2014) ou ainda trabalhos voluntários como algo positivo na aposentadoria (OLIVEIRA; SILVA, 2018).

Embora os aspectos positivos sejam predominantes, algumas publicações também revelaram sugestões ou aspectos negativos apontados por alguns participantes em relação aos PPA's. As críticas relatadas se voltaram à descontinuidade do programa (GOMES, 2013; PONTES, 2016); ao pouco ou nenhum acesso a informações (pouca divulgação) sobre os PPA's nas instituições (COSTA, 2013; GOMES, 2013; LAMAS, 2017; PONTES; SILVA, 2018); ao local escolhido para a intervenção (DANTAS, 2013), que seria inadequado,

pequeno, desconfortável e de difícil acesso (GOMES, 2013) ou distante para quem trabalhava em outro prédio (MARTINS; BORGES, 2017); à equipe, sobre o fato de que alguns professores teriam deixado a desejar, no estudo de Dantas (2013), ou ainda no sentido da falta de verba para a contratação de profissionais para as rodas de conversa (MARTINS; BORGES, 2017). Quanto aos temas, aparecem sugestões pontuais de que a percepção do envelhecimento vinculado à aposentadoria deveria ser melhor trabalhada (MARTINS; BORGES, 2017), e de que o programa deveria ter palestras sobre atividades físicas, independência (capacidade de viajar sozinha) e dar mais opções para observar a aposentadoria como algo positivo (MURTA *et al.*, 2014). No trabalho de Gomes (2013), por um lado, aparece queixa sobre a superficialidade dos temas; por outro, há reclamação sobre o programa ser cansativo. A carga horária reduzida é um problema relatado não somente na pesquisa de Gomes (2013), mas também nos trabalhos de Murta *et al.* (2014), Martins e Borges (2017) e Leandro-França *et al.* (2016). Neste último caso, no que se refere à intervenção curta realizada em apenas um dia. Alguns estudos também elencaram algumas sugestões enunciadas por participantes dos PPAs, tais como uma maior cobrança em relação à assiduidade dos participantes (MURTA *et al.*, 2014) e a proposta de que o PPA deveria ser ofertado mais cedo, sem limites de idade, para que as pessoas pudessem começar a se preparar mais cedo, o que foi observado em dois estudos sobre o mesmo PPA (DANTAS, 2013; GOMES, 2013).

Um aspecto notado em diversas experiências narradas foi a presença majoritária de mulheres nas intervenções de preparação para a aposentadoria ou nas amostras dos estudos, como no caso do trabalho de Gomes (2013). Monzato (2014) chega a observar que houve pouca adesão, bem como alto índice de desistência (antes mesmo de conhecer o programa) e de evasão (abandono ao longo dos encontros), por parte do público masculino. Esse dado aponta para a importância da inclusão de uma abordagem de gênero em novos estudos visando à avaliação de PPAs pelos seus participantes. Costa (2016) averiguou que alguns dos motivos de pessoas que decidiram não participar do PPA seria o desinteresse, o conteúdo discutido ou ainda não querer se aposentar; Pontes (2016) relata a existência de uma desconfiança ética de servidores que não participaram do PPA em relação ao programa. Tais pistas nos levam a refletir que, para o aprimoramento dos programas, talvez seja importante não apenas avaliar as percepções daqueles que tenham participado dos mesmos, mas também explorar mais a fundo os motivos dos que decidem não participar de tais iniciativas.

Por fim, a literatura analisada permitiu observar o predomínio de percepções positivas de participantes de diversas iniciativas de preparação para

a aposentadoria (curtas ou mais duradouras) sobre tais intervenções. Além disso, foi possível igualmente identificar aspectos considerados como positivos, bem como alguns pontos negativos e sugestões em relação aos PPAs. No entanto, vale destacar que as lacunas em relação ao método ou a outros aspectos fundamentais de pesquisa identificadas em algumas das publicações analisadas, somadas à inexistência de teses de doutoramento nas bases de dados consultadas, nos períodos determinados, desvelam uma fragilidade ainda existente para a construção de um conhecimento mais sólido ou aprofundado em relação às percepções de participantes de PPAs no Brasil. Desse modo, a temática explorada na presente revisão de literatura ainda se configura como um campo aberto de investigação para pesquisas futuras.

4 Conclusão

A literatura revela o predomínio de aspectos positivos expressos pelos participantes dos PPAs analisados. Os estudos sugerem que a maioria dos trabalhadores que têm contato com alguma experiência de preparação para a aposentadoria reconhece o potencial transformador de tais iniciativas, no sentido da aquisição de conhecimentos ou da elaboração de decisões e transformações que permitem vislumbrar a nova etapa com mais otimismo ou com novas oportunidades. Não obstante, como muitos programas apresentaram um número de participantes assíduos menor do que o esperado (fator muitas vezes atribuído à falta de divulgação ou ao desinteresse, em alguns casos aparecendo sobre este aspecto uma questão de gênero, com menor participação dos homens), pode-se defender que não basta instaurar um PPA: é preciso avaliar a experiência a partir da visão dos destinatários, para que se possa corrigir os defeitos e otimizar a inclusão, a assiduidade e a qualidade de participação dos interessados. Além disso, os resultados apontam para o necessário investimento de recursos financeiros nos programas, salientando-se a necessidade observada pelos participantes de palestrantes qualificados, de locais adequados e de uma duração do programa que permita que os temas sejam tratados de forma mais aprofundada.

Por fim, sugere-se que o poder público estabeleça estratégias de incentivo para que mais instituições (e não apenas entidades públicas) promovam PPAs. Na medida em que os ganhos identificados pelos participantes dos PPAs dos estudos analisados englobam desde uma melhoria da autoestima individual, um impacto positivo nas relações familiares e sociais, até novas perspectivas de atuação profissional ou de voluntariado, infere-se que boas e contínuas

estratégias de facilitação da transição do fim do vínculo empregatício para a aposentadoria têm o potencial de impactar positivamente não apenas os trabalhadores, mas também as famílias, a sociedade em geral e o próprio Estado.

*RETIREMENT PREPARATION PROGRAMS
IN BRAZIL: A LITERATURE REVIEW*

abstract

Introduction: The main laws related to old age in Brazil advocate the promotion of retirement preparation programs (PPA) by public and private institutions as preventive and promotional action for a healthy and dignified quality of life in the post-retirement phase. Objective: To identify and analyze in the literature the impressions of workers about PPAs implemented or about to be implemented in Brazil. Method: A qualitative, exploratory research. A literature review was conducted, selecting articles, theses and dissertations published between January 2012 and September 2018, with the use of the keywords “preparation” and “retirement” and “planning” and “retirement”, as well as their Portuguese translations, in the databases: Google Academic, *Periódicos Capes*, Scielo, Psycinfo, Ageline and Web of Science. Results and Discussion: 13 studies were selected, which reveal a predominance of positive impressions of the participants on the PPAs, all offered by public institutions. Some of the benefits of participating in the reported PPAs were: the exchange of experiences and the sharing of knowledge, acquiring a new vision of the retirement stage, a positive impact on family relationships and even a rethinking of spirituality. Conclusion: It is suggested that the government establishes measures to encourage more institutions to promote PPAs. As the gains identified by PPA participants range from an improvement in individual self-esteem, a positive impact on family and social relationships, to new perspectives of professional or volunteer work, it appears that good and continuous strategies to facilitate the transition from work to retirement can positively impact not only the workers, but also families, society in general and the State itself.

keywords

Retirement Preparation Programs. Preparation. Planning. Retirement. Brazil.

Referências

- ALMEIDA, Valeria Figueiredo Studart Maia; LEITE, Lúcia Silva. Avaliação do programa de preparação para a reserva e aposentadoria do comando da aeronáutica. *Revista Meta: Avaliação*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 12, p. 232-249, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. Aposentadoria com qualidade, responsabilidade social da empresa. *Fundos de Pensão*, n. 292, ano XXIII, p. 41-44, mar. 2004.
- BRASIL. *Lei n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994*. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 1994.
- BRASIL. *Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003*. Aprova o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.
- COSTA, Sirlene Coelho. *Programa de Preparação para Aposentadoria: um desafio para o serviço social*, 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.
- DANTAS, Jaylson Gonçalves. *Avaliação do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI): o caso do Projeto Integrado de Preparação para a Aposentadoria (PIPA) em Fortaleza/CE*, 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2013.
- FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho. *Repensando aposentadoria com qualidade*. Um manual para facilitadores de programas de educação para aposentadoria em comunidades. CRDE, UnATI, UERJ, 2002. Disponível em: <http://www.crde-unati.uerj.br/publicacoes/pdf/repensando.pdf>. Acesso em: 19 maio 2019.
- FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho *et al.* A percepção dos gestores brasileiros sobre os programas de preparação para aposentadoria. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*. Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 879-898, 2014.
- FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho; SOARES, Dulce Helena Penna. Preparação para a aposentadoria como parte da Educação ao Longo da Vida. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 29, n. 4, p. 738-751, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Francisca Uninha Moraes. *Avaliação do Projeto Integrado de Preparação para Aposentadoria junto aos servidores da administração pública em Fortaleza, Ceará*. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Gestão) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Ceará, 2013.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 14 out. 2018.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2017: breve análise da evolução da mortalidade no Brasil*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101628.pdf>. Acesso em: 19 maio 2019.
- KAWANO, Cleverth Masahilo Ikehara *et al.* Programa de preparação para a aposentadoria (PPA) sob o ponto de vista psicológico, social e empresarial. *Revista Científica do Unisaesiano*. Lins, ano 3, n. 7, p. 354-364, 2012.
- LAMAS, Aline Elias. *Preparação para o desligamento das atividades laborais: diferentes perspectivas sobre o processo de aposentadoria em duas universidades federais gaúchas*, 2017. 78 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, RS, 2017.

LEANDRO-FRANÇA, Cristinei de *et al.* Effects of three types of retirement preparation program: A qualitative study of civil servants in Brazil. *Educational Gerontology*, v. 42, n. 6, p. 388-400, 2016.

LEANDRO-FRANÇA, Cristinei de *et al.* Intervenção breve na preparação para aposentadoria. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 14, n. 1, p. 99-110, 2013.

MARTINS, Lusineide Ferreira; BORGES, Elisa Silva. Educação para aposentadoria: avaliação dos impactos de um programa para melhorar qualidade de vida pós-trabalho. *Interações*. Campo Grande, v. 18, n. 3, p. 55-68, 2017.

MONZATO, Priscila Pinheiro. Programa de Preparação para Aposentadoria da UERJ. *Sustinere*. Rio de Janeiro, v. 02, n. 2, p. 16-26, 2014.

MURTA, Sheila Giardini *et al.* Preparação para a aposentadoria: implantação e avaliação do programa Viva Mais! *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 27, n. 1, p. 1-9, 2014.

OLIVEIRA, Cássio Santana; SILVA, Jarcilene Martins Souza. Programa de Preparação para Aposentadoria – PPA vida ativa. *Dê Ciência em Foco*, v. 2, n. 1, p. 157-169, 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Projeto de Resolução*: Convenção Interamericana sobre a proteção dos direitos humanos dos idosos, de 14 de junho de 2015. Washington, D.C., 2015.

PACHECO, J. L.; CARLOS, S. A. Educação, trabalho e aposentadoria. In: FREITAS, Elizabeth Viana de; PY, Ligia (ed.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan Ltda., 2013. cap. 157.

PETERS, Micah D. J.; GODFREY, Christina M.; KHALIL, Hanan; MCINERNEY, Patricia; PARKER, Deborah; SOARES, Cassia Baldini. Guidance for conducting systematic scoping reviews. *International Journal of Evidence-Based Healthcare*. University of Adelaide, Joanna Briggs Institute, v. 13, p. 141-146. 2015.

PONTES, Sandra Prado Costa. *Programa de preparação para a aposentadoria: um estudo no Instituto Federal do Tocantins – campus de Araguatins*, 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Campus Universitário de Palmas, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

VIEIRA, Jaqueline Finelli de Freitas. *Programas de preparação para a aposentadoria nas entidades fechadas de previdência complementar no Brasil*, 2019. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Doi: 10.11606/D.100.2019.tde-12112029-190944. Acesso em: 27 jun. 2010.

Data de Submissão: 24/06/2019

Data de Aprovação: 11/08/2020